

KWAME ANTHONY APPIAH

# O código de honra

*Como ocorrem as revoluções morais*

*Tradução*

Denise Bottmann



Copyright © 2010 by Kwame Anthony Appiah

Publicado originalmente nos Estados Unidos pela W. W. Norton & Company, Inc.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Título original*

The honor code: how moral revolutions happen

*Capa*

Victor Burton

*Imagem da p. 55*

Cortesia da Biblioteca da Universidade de Manchester The John Rylands Library

*Preparação*

Osvaldo Tagliavini Filho

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Revisão*

Adriana Cristina Bairrada

Luciana Baraldi

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (cip)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Appiah, Kwame Anthony

O código de honra : como ocorrem as revoluções morais /  
Kwame Anthony Appiah ; tradução Denise Bottmann. — 1ª ed. —  
São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

Titulo original: The honor code : how moral revolutions  
happen.

ISBN 978-85-359-2044-4

1. Comportamento de massa - História 2. Ética social 3. Honra  
- Aspectos sociais - História 4. Mudança social - Aspectos  
morais e éticos 5. Mudança social - História i. Título.

---

12-00430

CDD-303.48409

Índices para catálogo sistemático:

1. Movimentos sociais : História 303.48409
2. Mudança social : História 303.48409

[2012]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORASCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone (11) 3707-3500

Fax (11) 3707-3501

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

# Sumário

Prefácio .....	11
1. Morre o duelo .....	21
2. A libertação dos pés chineses .....	68
3. O fim da escravidão atlântica .....	113
4. Guerras contra mulheres .....	146
5. Lições e legados .....	179
<i>Agradecimentos e fontes</i> .....	209
<i>Notas</i> .....	225
<i>Índice remissivo</i> .....	241

# 1. Morre o duelo

*... a igualdade é indispensável.*

Regra XIV de *The Irish practice of duelling and the point of honour* [A prática irlandesa do duelo e o ponto de honra]

## UM RECONTRO DESAIROSO

Em 21 de março de 1829, um pouco antes das 8h, o duque de Wellington, primeiro-ministro da Inglaterra, chegou a cavalo numa encruzilhada ao sul do Tâmisa, cerca de oitocentos metros adiante da ponte Battersea. Pouco depois, também a cavalo, juntou-se a ele seu colega de gabinete e ministro da Guerra, sir Henry Hardinge, e passado mais um breve intervalo chegou numa carroagem o médico do duque.

Depois de se cumprimentarem, o médico passou ao lado de uma pequena casa rural e, escondendo duas pistolas no sobretudo, foi até um grande campo aberto, chamado Battersea Fields, onde ocultou as armas atrás de uma moita. Battersea Fields era

um local bastante conhecido aonde os cavalheiros iam se encontrar para duelar, e qualquer um que tivesse visto essa sucessão de chegadas saberia o que estava se passando. Praticamente todos os habitantes de Londres teriam reconhecido o duque, cujo rosto, com o grande nariz romano e a testa alta, era famoso desde suas primeiras vitórias sobre os exércitos napoleônicos na Espanha, vinte anos antes. Assim, qualquer espectador ficaria curioso para ver quem seria o próximo a chegar.

Afinal, tendo aparecido um cavalheiro com assistente e médico, era de se prever que surgisse um adversário com seu respectivo assistente. E que o duque empertigado, epítome da honra, modelo de serviços ao rei e ao país, estivesse se preparando para um duelo naturalmente faria qualquer um se perguntar quem teria desafiado sua honra.

A pergunta logo foi respondida quando aos três juntou-se o conde de Winchilsea e seu assistente, o conde de Falmouth. O nome de batismo de lorde Winchilsea era George William Finch-Hatton. (Seu neto Denys Finch-Hatton era aquele aristocrata inglês bonitão que foi interpretado por Robert Redford no filme *Entre dois amores*.) Finch-Hatton era muito menos famoso do que o duque, e mesmo essa pouca notoriedade resultava de seu ativismo, no ano anterior ou nos dois anos anteriores, contra o movimento de suspender algumas proibições legais que pesavam sobre os católicos na Inglaterra (que, de uma ou de outra maneira, vinham desde a Reforma). Orador eloquente, ele discorria dentro e fora do Parlamento sobre a necessidade de proteger a fé e as tradições de seus antepassados. Era uma liderança entre aqueles ingleses que continuavam a acreditar ardorosamente que era impossível ser leal à Inglaterra e, ao mesmo tempo, ao papa em Roma. Winchilsea era alto, tinha cabelos escuros e um físico robusto. Estava no final dos trinta anos e era vinte e poucos anos mais novo do que o duque. Deve ter parecido imponente quando

chegou a cavalo com Falmouth, que, como ele, também era ex-oficial do Exército.

O duque de Wellington manteve-se à distância enquanto os dois assistentes, Falmouth e Hardinge, travavam um diálogo acalorado. Então o médico carregou as pistolas que havia escondido atrás da moita — a tarefa, a rigor, caberia a Hardinge, mas ele tinha perdido a mão esquerda nas guerras napoleônicas —, enquanto lorde Falmouth carregava uma das duas pistolas que levava consigo. Hardinge escolheu um lugar para o duque, deu doze passos e instruiu lorde Winchilsea a tomar posição. Wellington levantou objeções ao primeiro local. “Droga”, ele disse. “Não o ponha tão perto da vala. Se eu o atingir, ele vai cair dentro dela.”<sup>1</sup>

Por fim, definida a posição de cada um, Hardinge deu uma pistola ao duque, e Falmouth, por sua vez, entregou a outra Winchilsea. Hardinge recuou alguns passos e, depois de mais algumas formalidades, falou firme: “Cavalheiros, estão prontos? Fogo”. O duque ergueu a pistola e, após uma breve pausa (provavelmente porque o conde não tinha feito nenhum preparativo), atirou. Winchilsea ficou ileso. Então, bem devagar, levantou a pistola para o alto e disparou no ar.

Mais tarde, o médico de Wellington apresentou a seguinte versão da conversa que se seguiu entre os dois assistentes:

O duque continuou imóvel em seu lugar, mas lorde Falmouth e lorde Winchilsea dirigiram-se imediatamente a sir Henry Hardinge, e lorde Falmouth lhe disse: “Lorde Winchilsea, tendo recebido o disparo do duque, encontra-se em circunstâncias diferentes daquelas em que estava anteriormente, e agora se sente em liberdade para dar ao duque a reparação que ele deseja”.

Falmouth seguia a convenção de que todos os comunicados deviam se dar entre os assistentes, e sir Henry, como assistente do

duque, tinha a obrigação de responder. Assim, depois de alguns segundos de tensão, Hardinge disse: “O duque espera um amplo pedido de desculpas e uma admissão plena e completa de seu erro ao publicar a acusação que foi feita contra ele”. Ao que lorde Falmouth respondeu: “Peço desculpas no sentido mais amplo ou total da palavra”, e então tirou do bolso um papel no qual estava escrito aquilo que disse ser uma admissão de lorde Winchilsea de que estava errado.<sup>2</sup>

Depois de mais uma discussão acalorada e de uma correção proposta pelo médico, todas as partes concordaram com uma versão levemente modificada do pedido de desculpas que Falmouth havia preparado.

O duque se aproximou e fez uma vênia aos dois condes, e Falmouth, que havia mostrado evidente relutância em participar dos procedimentos, declarou que sempre achara que Winchilsea estava totalmente errado. Hardinge então deixou claro que *ele* achava que, se Falmouth realmente pensava assim, não deveria ter aceitado o papel de assistente de Winchilsea. Quando Falmouth tentou se explicar mais uma vez, agora ao duque, Wellington o interrompeu dizendo: “Meu senhor Falmouth, não tenho nada com tais assuntos”. Então roçou dois dedos na aba do chapéu e, antes de voltar à sua montaria, despediu-se: “Bom dia, meu senhor Winchilsea; bom dia, meu senhor Falmouth”.

Ao examinar esse infame episódio e as reações a ele, podemos entender a cultura da honra em transformação na Inglaterra na primeira metade do século XIX. A morte do duelo na Inglaterra — o desaparecimento de uma prática que havia definido a vida dos cavalheiros por cerca de trezentos anos — é a primeira revolução moral que eu gostaria de investigar aqui. E o recontro de Wellington e Winchilsea em Battersea Fields nos mostra algumas das pressões que levaram a isso.

## DESAFIOS CONSTITUCIONAIS

O duelo derivou da oposição feroz de Winchilsea a um projeto de lei que Wellington defendia na Câmara dos Lordes: a Lei da Liberação Católica, que permitiria aos católicos ter assento no Parlamento britânico pela primeira vez depois de mais de 150 anos. Um ano antes, em junho de 1828, Daniel O'Connell, o patriota irlandês fundador da Associação Católica, que tinha como finalidade melhorar a situação dos católicos na Irlanda, fora eleito para o Parlamento. O'Connell e sua plataforma política tinham enorme popularidade na Irlanda, como demonstraram as eleições, e, em Londres, ele seria o porta-voz de tais posições no Legislativo. Mas, pelo fato de ser católico, ele não podia ter assento na Câmara dos Comuns — a menos que prestasse juramento de que “a invocação ou adoração da Virgem Maria ou de qualquer outro Santo, e o Sacrifício da Missa, como são agora usados na Igreja de Roma, são supersticiosos e idólatras”. Obviamente, nenhum católico que se prezasse faria um juramento desses; e é claro que era exatamente por isso que se exigia o juramento. Essa exclusão do Parlamento refletia as várias outras exclusões que atingiam os irlandeses católicos em seu próprio país. Os ânimos na Irlanda estavam esquentados a esse respeito, e em alguns lugares falava-se em guerra civil.

Como a maioria dos tóris — incluindo sir Robert Peel, que encaminhava o projeto de lei na Câmara dos Comuns —, Wellington havia sido contrário à emancipação católica, e nenhum dos dois tinha mudado de posição casualmente. O duque, que nascera na Irlanda e, quando jovem político, fora ministro para a Irlanda, estava em posição especialmente adequada para avaliar a delicadeza da situação naquela ilha inquieta. Passara a ser favorável à emancipação católica porque, como observou num discurso durante a segunda leitura do projeto na Câmara dos Lordes —

que muitos consideraram um dos melhores discursos de sua carreira parlamentar —, a Irlanda parecia estar “à beira da guerra civil”. E o primeiro-ministro do rei acrescentou, aos aplausos daquela augusta câmara: “Devo dizer o seguinte: se eu puder evitar, a qualquer custo que seja, mesmo apenas um mês de guerra civil no país a que sou ligado, sacrifico minha vida para tal”.<sup>3</sup>

Mas George William Finch-Hatton, décimo conde de Winchilsea, gostava de imaginar o pior e, à medida que se aproximava a aprovação final do projeto de lei, ele frequentemente comentava que o duque de Wellington estava conspirando um ataque à constituição protestante. Num folheto de fevereiro de 1829, Winchilsea tinha conclamado seus “IRMÃOS PROTESTANTES! [...] a se apresentar energicamente em Defesa de nossa Religião e Constituição Protestante”. Como o “grande corpo de seus Senadores degenerados está preparado para sacrificar ao altar da Traição e da Rebelião aquela Constituição pela qual nossos Ancestrais tão nobremente lutaram e morreram”, ele convocava seus compatriotas a fazer uma petição ao rei e ao Parlamento. Subscrevendo-se modestamente como “humilde e devotado criado” de seus irmãos protestantes, assinou o folheto — de maneira pouco humilde — como “Winchilsea e Nottingham”, pois calhava ser também o quinto conde de Nottingham.

Numa carta ao jornal *Standard*, publicada em 16 de março do mesmo ano, cerca de uma semana antes da aprovação do projeto, Winchilsea lançou um ataque mais específico ao duque de Wellington. Ele alegou que o primeiro-ministro do rei tinha feito uma manobra escusa ao oferecer apoio financeiro para a criação do King’s College de Londres como instituição anglicana para contrabalançar a recente criação laica da Universidade de Londres. O envolvimento do duque nesse projeto ostensivamente protestante era um “subterfúgio”, disse Winchilsea, que lhe permitiria, “sob o disfarce de uma demonstração exterior de zelo pela religião pro-

testante [...] levar à frente seus desígnios insidiosos para a violação de nossas liberdades e a introdução do papismo em todos os departamentos do Estado”.<sup>4</sup>

Ninguém duvidava do forte apego de Winchilsea à Igreja Anglicana. Segundo Charles Greville — que foi escrevente do Conselho Privado, o corpo que reunia todos os principais conselheiros políticos do monarca, de 1821 a 1859 —, Winchilsea era “um par do reino sem importância pessoal, mas defensor inflexível da Igreja e do Estado”.<sup>5</sup> Ainda assim, acusar o herói das guerras contra Napoleão, o “Salvador da Europa” e o vencedor de Waterloo, de dissimular sua verdadeira fé e traer a Constituição certamente era ir longe demais — como diriam os cavalheiros nos clubes londrinos por onde circulava a acusação.

Ferido pela acusação pública de Winchilsea, Wellington insistiu que o conde se retratasse — coisa que ele se recusou a fazer após uma rápida troca de bilhetes. E assim, em 20 de março de 1829, o duque enviou-lhe uma mensagem desdenhosa na qual perguntava: “Terá o Ministro do Rei de se submeter aos insultos de qualquer cavalheiro que pense ser adequado lhe atribuir motivos ignominiosos ou criminosos para sua conduta como indivíduo?”. E ele mesmo respondeu imediatamente: “Não tenho dúvidas sobre a decisão que deverei tomar em relação a este assunto. Vossa Senhoria é o único responsável pelas consequências”. Então insistiu que Winchilsea lhe desse “a satisfação que um cavalheiro tem o direito de exigir e que um cavalheiro nunca se recusa a dar”.<sup>6</sup> Na manhã seguinte, o duque e o conde se encontraram com seus assistentes em Battersea Fields.

Poucas semanas depois, a Lei da Liberação Católica recebeu a aprovação régia de Jorge IV e, com ela, a força de lei. Correu o boato de que o rei anticatólico chorou ao assiná-la, obrigado a fazê-lo sob a ameaça de renúncia de Wellington.

## O QUE ELE ESTAVA PENSANDO?

Essas foram as circunstâncias que deram origem ao desafio de Wellington. Mas agora pense sobre isso. O duque não era um partidário entusiasta do duelo. Na verdade, ao contrário de muitos oficiais de sua época e apesar de sua carreira militar extremamente ilustre, ele nunca tinha duelado e jamais voltou a duelar. Quando era comandante de campo nas guerras napoleônicas, parecia acreditar que a honra militar britânica sairia diminuída se o duelo fosse totalmente proibido no Exército. Mas em 1843, catorze anos depois daquele infame duelo, quando Wellington ainda era comandante em chefe, os artigos de guerra sofreram alterações, instituindo penalidades severas para o duelo em todos os setores das Forças Armadas, após pressões de muitas figuras importantes, inclusive do querido esposo da rainha Vitória, o príncipe Albert. Em idade mais avançada, o duque foi membro destacado da Associação Contra o Duelo.

E mais: o duelo era ilegal. Como escrevera sir William Blackstone em *Commentaires on the laws of England* [Comentários sobre as leis da Inglaterra], nos anos 1760, o direito consuetudinário inglês “estabeleceu legitimamente o crime e a punição por homicídio” aos duelistas e seus assistentes, que “jogam com suas próprias vidas e as de seus semelhantes”.<sup>7</sup> O direito canônico e a doutrina moral cristã também se opunham ao duelo.

Havia ainda implicações políticas. Se o duque tivesse morrido, o país e o rei perderiam um primeiro-ministro em plena crise constitucional, num episódio ilegal que se referia exatamente às questões que estavam em jogo naquela crise. Poucas coisas seriam mais desestabilizadoras num campo já instável. Por outro lado, se o duque tivesse matado Winchilsea, ele teria de ser julgado por homicídio perante a Câmara dos Lordes. (Tal como lorde Cardigan, que seria julgado em 1841 por ferir em duelo um certo capi-

tão Tuckett — caso em que suas senhorias o absolveram.<sup>8)</sup> No mínimo, ele teria de renunciar ao Ministério, como haviam feito dois outros políticos anglo-irlandeses, Canning e Castlereagh, ministros respectivamente das Relações Exteriores e da Guerra, vinte anos antes, depois de duelar. Em ambos os casos, é de se duvidar que a Câmara dos Lordes aprovasse a Lei da Liberação Católica.

Caso houvesse julgamento, os lordes enfrentariam uma difícil escolha. A Revolução Francesa e a execução de Luís XVI e Maria Antonieta em 1793 tinham hasteado a bandeira do republicanismo na Europa. O Clube Jacobino — organização radical que liderou a Revolução — difundiu novas ideias sobre liberdade e igualdade em toda a França, conquistando rapidamente adeptos na Inglaterra. Na virada para o século XIX, os governos britânicos tomaram medidas sistemáticas para enfrentar a ameaça do jacobinismo, temendo uma onda de hostilidade não só contra a monarquia, mas também contra a aristocracia e todos os privilégios hereditários.

Depois que Wellington derrotou Napoleão em Waterloo, houve um período de grande desemprego, exacerbado pelas chamadas Leis do Milho, que pretendiam impedir a entrada de cereal barato no mercado. Essas leis protegiam os interesses econômicos dos plantadores de trigo e outros cereais no Reino Unido, mas aumentavam o custo da alimentação para os pobres. A flagrante insensibilidade das classes dirigentes diante do sofrimento dos necessitados deu maior força às reivindicações radicais. Em 1819, mais de 50 mil homens e mulheres se reuniram em St. Peter's Field, em Manchester, pressionando pela reforma parlamentar. Quando não obedeceram à ordem de um magistrado para dissolver a manifestação, membros daquela classe militar representada por Wellington investiram contra o povo nas ruas, matando doze homens e três mulheres, meia dúzia deles feridos a sabre antes de serem pisoteados até a morte. O massacre recebeu o nome de

“Peterloo”, numa referência nada sutil ao morticínio ocorrido durante a maior vitória de Wellington.

Assim, em 1829, quando a Lei da Liberação Católica estava em debate, havia muita gente no Parlamento e no país lutando por reformas mais substanciais e enfrentando a resistência de um Parlamento pouquíssimo representativo, dominado por uma aristocracia não eleita. Não era um bom momento para as autoridades se mostrarem lenientes perante uma séria transgressão da paz cometida por um aristocrata, enquanto elas mesmas demonstravam uma determinação tão violenta ao lidar com as classes mais baixas. E, na improvável hipótese de o duque não ser perdoado por seus pares, estes forçariam a impopular tarefa ao rei, visto que a execução efetiva de Wellington estava fora de cogitação.

Em suma, o duelo era contrário às tendências pessoais de Wellington, ao direito civil, à doutrina cristã e, como devia parecer, à prudência política. Então, o que o primeiro-ministro de um rei que também era o chefe da Igreja da Inglaterra estava fazendo lá em Battersea, às 8h daquela fresca manhã de primavera? O que, diabos, ele estava pensando? Pois bem, como lhe diria qualquer um do pequeno grupo de curiosos ali presentes, ele — Arthur Wellesley, cavaleiro de Bath, barão de Wellington e Douro, visconde de Wellington de Talavera e de Wellington, conde de Wellington, marquês de Wellington e Douro e duque de Wellington (para desfiar sua bateria completa de títulos) — estava defendendo sua honra de cavalheiro.

#### AS FORMAS DE RESPEITO

Segundo os códigos que regiam sua sociedade e sua classe, Wellington tinha o direito, como cavalheiro, de ser tratado com respeito pelos outros cavalheiros, prerrogativa flagrantemente